

O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais⁸⁵ / *Brazil of inequalities: “social question”, work and social relations*

MARILDA VILLELA IAMAMOTO⁸⁶

Resumo: Este artigo apresenta terreno histórico das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, (re)produzidas ampliamente com o aporte do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Busca-se caracterizar a “questão social” na era das finanças no quadro da crise contemporânea, indicando suas repercussões no universo trabalho no país. Ao final são registradas algumas orientações, de raiz liberal, transversais às políticas sociais propostas pelo Estado brasileiro em consonância com as diretrizes dos organismos multilaterais, que tensionam o projeto do Serviço Social no país.

Palavras-Chave: questão social; trabalho; desigualdades sociais; relações sociais.

Abstract: This article presents historical ground of constitutive inequalities of social relations in Brazilian society, widely (re)produced with the contribution of the State with resources and public policies. It aimed to characterize “social question” in the era of finances within the contemporary crisis, indicating its repercussions in the universe of work in Brazil. At the end are recorded some guidance of liberal roots, transversals to social policies proposed by the Brazilian State in accordance with the guidelines of multilateral organizations, which pressure the project of Social Work in the country.

Keywords: social question; work; social inequalities; social relations.

Estas notas pretendem traçar o terreno histórico das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, (re)produzidas ampliamente com o aporte do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Busca-se caracterizar a “questão social” na era das finanças no quadro da crise contemporânea, indicando suas repercussões no universo trabalho no país. Finalmente são registradas algumas orientações, de raiz liberal, transversais às políticas sociais propostas pelo Estado brasileiro em consonância com as diretrizes dos organismos multilaterais, que tensionam o projeto do Serviço Social no país.

⁸⁵ Esta é uma versão revista da conferência pronunciada no V Seminário Internacional de Política Social. Desafios da Política Social na Contemporaneidade, na Universidade de Brasília, no dia 04 de outubro de 2012. Reitero meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, na pessoa de seu coordenador prof. dr. Evilasio Salvador, pelo convite para participar como conferencista do tema: *Questão social, trabalho e relações sociais*, juntamente com a Dra. Beatriz Torres Góngora, da Universidade Autónoma de Yucatán (México), soldando laços de fraternidade em *Nostra América*, e com a Dra. Marlene Teixeira Rodrigues, da UnB.

⁸⁶ Professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

O Brasil das desigualdades

Nas palavras do historiador inglês, Eric Hobsbawm⁸⁷ (2007, p. 11):

“A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela (...).”

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no seu primeiro relatório sobre distribuição de renda na América Latina (2010), *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*, afirma ser esta a região mais desigual do mundo (ONU-PNUD, 2010). Dos 15 países com maior desigualdade, dez estão na América Latina e no Caribe, sendo que o Brasil e o Equador têm o terceiro pior Índice Gini: 0,56 (quanto mais próximo de 01 o coeficiente, mais desigual é o país), só superados pela Bolívia, Camarões e Madagascar com 0,60, e África do Sul, Haiti e Tailândia com 0,59. Os países da região com o melhor índice – inferior a 0,49 – são: Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai. Na média, o Índice de Gini da América Latina e do Caribe é 36% maior do que o dos países do Leste Asiático e 18% acima da África Subsaariana.

Por outro lado, o grau de concentração de propriedade da terra no país está praticamente inalterado desde 1985. Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006 – o mais recente disponível –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Gini – indicador da desigualdade da propriedade fundiária – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). A desigualdade é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do país no competitivo mercado mundial de commodities agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa *internacionalização do território brasileiro* mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade.

Isto significa que as medidas modernizadoras anticrise, recomendadas aos países da periferia mundial, desde a década de noventa, pelos organismos multilaterais vêm redundando em uma recuperação das taxas de lucro e, simultaneamente, têm acentuado a desigualdade na maioria de nossos países. As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um *projeto de classe* destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, como alerta Harvey (2011). Alarga-se a distância entre ricos e pobres,

⁸⁷ Uma perda irreparável para a história mundial, para o mundo intelectual e para a tradição marxista foi o falecimento de Eric Hobsbawm (1917-2012), em outubro de 2012. Sua obra atesta a fecundidade da teoria social crítica para decifrar o processo histórico, particularmente o século XX. Apesar do reiterado anúncio da “morte do marxismo”, nos diz E. Hobsbawm, em seu último livro *Como cambiar el mundo* (2011, p. 15). “Sin embargo, hoy en día Marx es otra vez y mas que nunca, un pensador del siglo XXI”. E completa, em recente entrevista: “Não acredito que a linguagem marxista será proeminente politicamente, mas intelectualmente a natureza da análise marxista sobre a forma com a qual o capitalismo opera será verdadeiramente importante”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/reporter/2008/10/21/crise-expoe-perigo-de-fortalecimento-da-direita-diz-hobsbawm.htm>>. Acesso em: 02/10/2012).

radicalizando a “questão social”, o que se retrata no cotidiano de contingentes majoritários das classes subalternas.

Esse *drama crônico* é indissociável da *condição de capitalismo periférico e dependente dos centros mundiais*, insistentemente reafirmada por Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros intelectuais comprometidos em decifrar nossa herança histórica para melhor compreensão do presente.

Há que registrar ainda, na contramão do quadro anteriormente traçado, o otimista documento recém-lançado pelo Ipea, *A década inclusiva (2001-2011). Desigualdade, pobreza e políticas de renda* (IPEA, 2012a). Segundo este relatório, embora a desigualdade brasileira esteja entre as 12 mais altas do mundo, ela encontra-se em queda. Nesta fonte, o atual Índice de Gini é 0,53 – o menor desde os registros nacionais iniciados em 1960 –, próximo ao da China (0,48) e da Índia (0,52). Na África do Sul o índice é de 0,67, com alta após o *apartheid*; e na Rússia, passou de 0,28, no fim da era comunista, para 0,42.

A tendência de queda da concentração de renda registrada tem como referência o Censo de 1960, quando o índice atingia o patamar de 0,6, no qual se estabiliza como se fosse uma “constante natural” até 2001. O Ipea registra a existência de um ‘ciclo virtuoso de crescimento constante’ da economia brasileira, desde 2003, com base na *renda familiar* que registra uma taxa acumulada de 40,7% de crescimento até 2011, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2011 –. Comparado com a taxa de crescimento do PIB de 27,7%, o crescimento da renda familiar é 13 pontos maior, o oposto da maioria dos países emergentes em que o PIB cresce mais que a renda familiar identificada por meio das pesquisas domiciliares.

O Ipea anuncia um “novo ciclo de desenvolvimento do país”, apoiado na expansão do mercado interno e do consumo de massas, que vem alimentando a euforia de um pretensão e anunciado *neodesenvolvimentismo*⁸⁸ Como registra Castelo (2012), para Pochmann, ex-presidente do Ipea, o novo desenvolvimentismo é uma estratégia que articula: (a) crescimento econômico, (b) reafirmação da soberania nacional expressa na diversificação de parceiros no comércio externo, na condição do Brasil como credor mundial, nas reservas externas acumuladas; (c) reforço da presença do Estado nos bancos públicos, na ampliação do funcionalismo público e no planejamento governamental, consubstanciado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Acompanha esta estratégia o chamado “choque distributivo”, com aumento do salário mínimo e dos gastos sociais na previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial, aliada à expansão do crédito a pessoas físicas.

Segundo o Ipea (op. cit.), a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos.

Segundo o panorama identificado pelo Ipea:

- Nas famílias chefiadas por analfabeto, a renda das pessoas sobe 88%. E há um decréscimo de 11% nas famílias em que as pessoas de referência possuem 12 ou mais anos completos de estudos;
- A renda do Nordeste sobe 72,8% contra 45,8% do Sudeste;
- A renda cresceu mais nas áreas rurais mais pobres (85,5%), contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades;

⁸⁸ O debate quanto ao novo desenvolvimentismo na política econômica dos governos Lula da Silva e Dilma tem sido motivo de um conjunto de leituras críticas, dentre as quais Limoeiro (2012), Castelo (2010, 2012), Filgueira e Gonçalves (2001), Gonçalves (2012), Paulani (2010), Fontes (2010), Mota (2010), Mota, Amaral e Peruzzo (2010), Sampaio (2012).

- A renda daqueles que se autoidentificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos.

A inédita redução da desigualdade de renda – e não da concentração da propriedade e de capital –, observada na década passada, teve como fontes, captadas pelo Pnad: o trabalho (58%), a previdência (19%), o Programa Bolsa Família (13%), o Benefício de Prestação Continuada (4%) e outras rendas – como aluguéis e juros (6%).

Ao confrontar a importância relativa das fontes que impulsionaram as transferências de recursos em relação aos custos para os cofres públicos, os dados do Ipea constatarem distintos valores para as diferentes fontes de renda: Previdência (1,25), BPC (0,504), Bolsa Família (0,25), cujo custo aos cofres públicos representa menos de 0,5% do PIB. O percentual das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família subiu de 12% para 18% das famílias brasileiras e o de famílias elegíveis não beneficiadas caiu de 7% para 3%. As famílias não elegíveis têm oscilado em torno de 80% do total. Este Programa é considerado caminho “mais curto” – ou mais barato – para a erradicação da miséria. Nesta lógica, a previdência custou mais 129% do que o BPC na redução da miséria. O Programa Bolsa Família produziu impactos 362,7% maiores que os da Previdência Social se a mesma relação técnica pudesse ser mantida ao longo da década.

Nessa lógica de leitura da “erradicação da miséria” voltada ao “custo-benefício” para os cofres públicos, ao nível das políticas sociais a recomendação pode apontar para o desmonte dos benefícios previdenciários a favor da assistência social, no reforço à assistencialização da pobreza e rebaixamento das condições de vida dos segmentos beneficiados. Desconsideram-se as diferenças de rendimentos que são transferidos aos cidadãos por meio das distintas políticas ou programas sociais: enquanto os benefícios previdenciários e o benefício de prestação continuada (BPC) pautam-se pelo salário mínimo, o benefício básico do Programa Bolsa Família é, em média, de R\$ 70,00 (setenta reais) atualmente, segundo a mesma fonte.

Com a redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza mantêm uma trajetória decrescente contínua, com queda de 55%, independente da linha de pobreza e da medida utilizada. A redução dos níveis das desigualdades e da pobreza extrema merecem ser saudadas porque representam ampliação de possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais. Os dados retratam a *distribuição dos rendimentos das famílias brasileiras*, decisivamente impulsionada pela ação estatal de transferência de verba pública. Mas recusa-se a armadilha da naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos “excessos da exploração e da desigualdade”. Este movimento distributivo e desconcentrador da renda familiar – que atesta redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de rendimentos – convive com um profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais. Estes processos têm sido impulsionados por generosos créditos estatais, por meio de instituições bancárias públicas, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e de subsídios previstos nas políticas públicas, inclusive no campo da pesquisa e inovação tecnológica. Em outros termos, nesse processo de crescimento econômico vivenciado pelo país recompõe-se e aprofunda-se a concentração da propriedade e do poder de classe.

Esse é o terreno histórico que resulta das tensas relações entre questão social, trabalho e relações sociais.

“Questão social” e hegemonia das finanças.⁸⁹

A questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985).

Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela investida em força de trabalho – capital variável. Outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a ampliação da superpopulação relativa – ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital –, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital (NETTO, 2001). Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza –, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas.

1. Como afirma Chesnais (2012, p. 2), a superacumulação de capacidades de produção e a relativa superprodução de mercadorias ante a taxa mínima de lucro com a qual os capitalistas continuam investindo e produzindo – é o substrato fundamental da crise. O capital tem que encontrar mercados para compra e venda da produção, dispor de poder de compra de parte do consumidor e de lócus para investimento do chamado “excesso de liquidez”: da massa crescente de capital dinheiro a procura de um nicho rentável para reproduzir-se. A maior barreira que o capital encontra novamente frente a si mesmo é fruto de sua insaciável sede de mais-valia.
2. Mas como já indicou Marx: “A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas, como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (MARX, 1985, Livro III, p. 30)

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no

⁸⁹ Resgato neste item, de forma condensada, elementos da análise sobre o tema constante em Iamamoto (2007) e agregando várias outras contribuições.

embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social.

Segundo Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional. Aquela expansão redundou numa forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem. Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na criminalização da questão social, quanto na decisiva interferência do Estado na estruturação de políticas anticíclicas para o capital na contramão das necessidades da maioria.

Assim, a concepção de “questão social”, presidida pelas relações de classe que orienta a presente análise, distingue-se da perspectiva sociológica que a apreende como disfunção ou ameaça à coesão e à ordem social, inspirada na tradição de E. Durkheim, típica da escola francesa. Distingue-se ainda daqueles que consideram a existência de uma “nova questão social” resultante da “inadaptação de antigos métodos de gestão do social”, produto datado da “crise do Estado Providência” (ROSANVALLON, 1995; 1997; FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997).

Mas qual o sentido da “questão social” hoje? O que se encontra na base de sua radicalização?

Como lembra Husson (1999, p. 99), o processo de financeirização indica um modo de estruturação da economia mundial. A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O dinheiro tem agora “amor no corpo”, como cita o Fausto, de Goethe (MARX, 1985, p. 295, t. III, v. IV). A essa forma mais coisificada do capital, Marx denomina de capital fetiche. O juro aparece como se brotasse da mera propriedade do capital, independente das atividades produtivas sob o comando do capitalista, isto é, da produção e da apropriação do trabalho não pago ou mais-valia. A forma de empréstimo é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência.

Os principais agentes do processo de financeirização são os grupos industriais transnacionais e os investidores institucionais – bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos –, que se tornam proprietários acionários das empresas e passam a atuar independente delas. Através de operações realizadas no mercado financeiro, interferem no ritmo de investimentos dessas empresas, na repartição de suas receitas, na definição das formas de emprego assalariado e gestão da força de trabalho e no perfil do mercado de trabalho.

É preciso ressaltar o seguinte: os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas –, só sobrevivem com decisão política dos estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o impulso dos Estados nacionais: por um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho. E por outro lado, a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade e, com elas, a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e predominantemente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

Daí a desindustrialização expressa no fechamento de empresas que não conseguem manter-se na concorrência com a abertura comercial, o que redundava na redução dos postos de trabalho; no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho; da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

A hipótese é que, na raiz da “questão social” na atualidade, encontram-se políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, as quais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações.

O capital financeiro impõe sua lógica de incessante crescimento, aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a “questão social”, indissociável da exploração, desigualdade e pobreza, expressa a banalização da vida humana, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias de trabalhadores e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres, trabalhadores excedentes para as necessidades médias do capital.

A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do superávit primário afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais, além do desmonte dos serviços da administração pública. Ela combina com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria dos trabalhadores.

A mundialização do capital tem, portanto, profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, privatização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. O propósito é liberar recursos financeiros para a obtenção de superávits fiscais e para o pagamento da dívida pública, sendo a previdência um grande exemplo no âmbito da

seguridade social. A busca de equacionar a relação entre dívida pública e gasto público, sob a hegemonia das finanças, redundará em um redimensionamento da intervenção do Estado:

“A hegemonia-financeira redefine a estrutura, *forma de funcionamento e conteúdo da intervenção do Estado* – e da *política social* –, em função da necessidade da dívida pública funcionar como elo crucial de valorização financeira (e fictícia) do capital e, como consequência à política de ajuste fiscal permanente, enquanto fiador e viabilizador dessa valorização” (FILGUEIRA; GONÇALVES, 2009, p. 2)

Os investimentos especulativos em ações de empresas realizados no mercado financeiro apostam na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar expectativas de lucratividade futuras das empresas. Eles interferem silenciosamente nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais, além de uma ampla regressão dos direitos, o que se encontra na raiz das metamorfoses do mercado de trabalho (HARVEY, 1993; ALVES, 2000).

A mundialização financeira, no país, expandiu a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social e a bancarização dos meios de vida, inclusive de parcela do fundo público direcionada à extrema pobreza. A redistribuição desta parte do recurso público também envolve taxas bancárias alimentando as finanças, estimuladas com a criação do crédito direto aos consumidores pobres e miseráveis, via bancos ou cartões de crédito, estimulando o endividamento dessa população junto às instituições financeiras, que afeta a satisfação de suas necessidades básicas mais prementes.

A mundialização do capital sob a órbita das finanças afeta a sociabilidade e a cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, faz erodir formas de convívio coletivas e dificulta as lutas e movimentos sociais em uma conjuntura adversa aos trabalhadores.

As conjunturas de crises são as que mais dificultam a organização dos trabalhadores – especialmente a organização operária – devido à maior precariedade das condições de vida, de trabalho, ao aumento da concorrência por vagas de emprego, ao rebaixamento salarial e ao crescimento do desemprego e desregulamentação das relações de trabalho. Ela é acompanhada de ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em parceiros, solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Contraditoriamente, é também nos contextos de crise que a organização dos trabalhadores em defesa de seus interesses e necessidades é ainda mais indispensável, o que requer um intenso trabalho político por parte das entidades representativas dos trabalhadores – partidos, sindicatos, associações – que se mantiveram fiéis às suas bases de representação.

As crises propiciam o questionamento a respeito do futuro de nossas sociedades. São momentos de *paradoxos e possibilidades* tanto para capital quanto para o trabalho, das quais todos os tipos de alternativas – conservadoras, socialistas e anticapitalistas – podem surgir. Elas eclodem no momento em que o capital – incluindo os governos dos países capitalistas mais importantes – fica emperrado por suas próprias contradições, *enfrentando as barreiras por ele criadas*.

Na atualidade, o substrato da crise reside na superacumulação das capacidades de produção especialmente elevadas, com uma acumulação de capital fictício sem precedentes, às quais se aliam a difícil situação dos trabalhadores em qualquer parte do mundo, resultante

da posição de força obtida pelo capital, graças à internacionalização do exército industrial de reserva, impulsionado pela abertura de países do Leste Europeu e da China ao mercado capitalista (CHESNAIS, 2012, p. 2)

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo e se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa. Tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho: para o controle do capital sobre o trabalho e para a concorrência entre os trabalhadores.

No tocante ao trabalho no país, os dados sintetizados por Silva (2011) a partir da Pnad/IBGE de 2009, podem ser apreciados a seguir:

- Desemprego maciço e prolongado
- Informalidade em grande proporção (terceirização, trabalho temporário, subemprego)
- Grande rotatividade no emprego e predominância de contratos até dois salários mínimos
- Desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sobretudo no âmbito da seguridade social
- Queda do nível de renda média do trabalhador
- Redução da participação da renda trabalho no conjunto da renda nacional
- Concentração da renda e do poder político. Segundo o Pnud, 2010, em 2009, 10% dos mais ricos detinham 43% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres disputavam 1,1% dessa renda

Segundo o Ipea (2012b), em 2011, o cenário brasileiro foi de desaceleração econômica: não houve crescimento do PIB, da renda e houve perda de dinamismo da produção industrial, apesar do aumento do emprego e da massa salarial. Daí os chamamentos ao “desenvolvimento” no âmbito da política econômica.

Segundo a mesma fonte, verificou-se um aumento expressivo da população ocupada entre 1996-2009 em todos os setores de ocupação, cujos postos de trabalho foram absorvidos predominantemente por trabalhadores informais – à exceção do setor agrícola que apresentou um desempenho negativo de 19,1%. Em 2011, houve crescimento de 6,2% de emprego com carteira assinada e uma queda de 1,9% do nível médio de informalidade. Ela é mais acentuada nas áreas não metropolitanas e diminui com a elevação do nível de escolaridade.

Como registra o Ipea (2012b), tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), nos anos 2008-2011, quanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, em 2011, detectaram crescimento da população ocupada com a geração de novos postos de trabalho. Para o IBGE, houve diminuição da taxa de desemprego fixada em 4,7% em dezembro de 2011 e uma média anual de 6,0%. A taxa de desocupação encontra-se em trajetória descendente em relação a 2010 e há uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos recortes de faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na família. Mas, segundo o Dieese, o nível de ocupação favorável está localizado prioritariamente na intermediação financeira e na construção civil, tendo o emprego nos setores industrial e agrícola apresentado sinais de perda de dinamismo. O chamado setor terciário foi responsável em grande medida pelos dados favoráveis do mercado de trabalho.

Por outro lado, as múltiplas manifestações da *questão social*, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de *programas focalizados de combate à pobreza*, que acompanham a mais ampla *privatização da política social pública*. A efetivação destas políticas tem sido transferida aos organismos privados da sociedade civil, o chamado

“terceiro setor”. Expande-se, ao mesmo tempo, *a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas.*

As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos estados, segundo a interpretação neoliberal. A contrapartida tem sido a difusão da ideia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como alternativas aos direitos sociais que só têm existência na comunidade política. Como lembra Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e opera uma profunda despolítica da “questão social” ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional.*

Acanda (2006), em seu competente e provocativo estudo sobre a sociedade civil, também destaca alta dose de controvérsia no uso teórico dessa noção, que tende hoje a ser empregada mais como metáfora do que como um conceito.⁹⁰ No clima cultural dominante sob a inspiração ultraliberal, a sociedade civil tem sido definida por exclusão e em antítese ao Estado e à política, como um “espaço não político”, livre de coerções, aparecendo idealizada como um reino autônomo da associação e espontaneidade, materializado nas organizações não governamentais (ONGs). É, também, tida como a guardiã do Estado, controlando-o para evitar intervenções espúrias nas relações interpessoais. Como sugere Acanda (2006), o *boom* dessa noção é indissociável da crise de identidade política democrática e da esquerda revolucionária e sua difusão vem redundando no fortalecimento da ideologia dominante: tudo o que não depende do Estado é tido como a um passo da emancipação social. Ao mesmo tempo, aquela noção tende a encobrir as diferenças reais na vida social, desaparecendo, com ela, a percepção de fenômenos como: classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios do capital, dentre outros. A sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do “Estado social” e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais, alerta o autor citado.

Desafios à política social e ao serviço social

Ao longo dos três últimos decênios, o serviço social no Brasil foi polarizado por um duplo e contraditório movimento: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoreamento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastros da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes.

Nas três últimas décadas, o serviço social brasileiro construiu coletivamente um patrimônio sociopolítico e profissional que lhe atribui uma face peculiar no cenário da América Latina e Caribe. Dessa herança progressista fazem parte entidades fortes politicamente, representativas e articuladas entre si, *com legitimidade política e capilaridade organizativa* inédita nesses tempos de combate à luta social e exaltação do individualismo e da indiferença ante os dramas coletivos.

⁹⁰ Ainda segundo Acanda (Idem), nos países comunistas do Leste Europeu a noção de sociedade civil foi utilizada por aqueles que rejeitavam o Estado ultracentralizador e totalitário. Já pela nova direita dos países capitalistas desenvolvidos (especialmente Estados Unidos e Inglaterra) foi empregada como parte de uma ofensiva neoconservadora pelo controle e defesa do “Estado mínimo”, despojado de funções redistributivas, o que redundou no chamado “fortalecimento da sociedade civil”. Ela passa a ser apresentada como a “Terra Prometida”, uma invocação mágica capaz de exorcizar todo o mal. Para a esquerda latino-americana, nas décadas de setenta e oitenta, assume outro significado. A expansão das ditaduras militares no continente desarticula e elimina todas as formas de associativismo que expressavam lutas sociais de setores sociais explorados, tais como sindicatos, movimentos indígenas e camponeses. Nesse contexto, a sociedade civil é defendida em sua condição de protagonista na luta contra a dominação: uma nova força capaz de exigir do Estado a redução da repressão e maiores responsabilidades sociais.

O patrimônio intelectual e político, construído pelo serviço social brasileiro, tem no seu núcleo central a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais.

Dentre as conquistas desse patrimônio coletivo poder-se-ia salientar:

- Na contramão do mar de individualismo e de insensibilidade ante aos dilemas da coletividade, os assistentes sociais preservaram sua capacidade de indignação ante as desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos. E estão cientes de que a construção desses novos tempos depende de cada um e de todos aqueles que vivem os dilemas da exploração do trabalho e da falta deste, como o avesso da riqueza e da opulência do consumo mercantil.
- No campo do exercício profissional, esse patrimônio tem impulsionado a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, dotados de clara direção política e profundamente sintonizados com as necessidades dos sujeitos coletivos.
- Foi construída, na prática cotidiana, uma nova imagem social de profissão relacionada aos direitos, voltada à participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos nos espaços ocupacionais, nas instâncias de representação coletiva e nas formas diretas de mobilização e organização social.
- Avança-se no autorreconhecimento, por parte do assistente social, de sua condição de trabalhador assalariado, integrado ao trabalho coletivo, com atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos. Um exemplo marcante foi a ampla mobilização social ocorrida em favor da aprovação do Projeto de Lei nº 152/2008, que trata da redução da carga horária semanal de trabalho do assistente social para 30 horas sem redução de salário (PL 30 horas), coroada de êxito.
- Esforços foram empreendidos na qualificação das competências e atribuições do assistente social nos segmentos mais representativos do mercado de trabalho: na assistência social, na saúde, na área sociojurídica, dentre outras, o que merece permanente aperfeiçoamento e atualização. Todavia, ainda falta atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho na perspectiva do projeto profissional coletivamente construído.
- A pauta temática da pesquisa indica uma profissão com profunda vocação histórica e uma inquietante agenda de debates, o que denota a fecunda interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade. Hoje o Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento junto às agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, uma conquista absolutamente inédita no contexto latino-americano.

Na contramão dessas conquistas, atualmente jogam águas no moinho do neoconservadorismo no serviço social:

- a) a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, tendente a um processo de *despolíticação da categoria*. Disseminam-se preocupações como “empregabilidade”, “formação por competências” requeridas pelo mercado, “flexibilização dos

currículos plenos” para contemplar novas demandas mercantis; a “tecnificação” como referência de qualidade da atuação profissional sob a prevalência da razão instrumental e a conseqüente redução do padrão cultural da formação acadêmica.

- b) o crescimento desmesurado do contingente profissional nas últimas décadas, com a expansão acelerada do ensino superior privado – particularmente dos cursos superiores a distância –, poderá impulsionar a criação de um *exército assistencial de reserva*. Trata-se de *um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade*, em um ambiente político que estimula a criminalização da “questão social”, das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais.

Ao nível das requisições profissionais, *três tendências* prevaletentes na cultura contemporânea de raiz liberal vêm interferindo decisivamente nas respostas institucionais à “questão social” no campo da política social:

A primeira tendência é o reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza. A tendência é transferir aos indivíduos e suas famílias – apesar da precariedade, as condições de sua sobrevivência – a responsabilidade de criar condições para o enfrentamento das desigualdades, o que se expressa nas condicionalidades para o acesso às políticas públicas. E os assistentes sociais são chamados a exercer a fiscalização das famílias, a priori infantilizadas e criminalizadas no cumprimento dessas exigências. Ou seja, esses profissionais são chamados a exercer a “vigilância social” ou o “policiamento social” dos pobres, evitando artimanhas no uso indevido de recursos públicos, demanda persistente desde os primórdios da profissão. É interessante observar que ao grande capital não é requerida qualquer “vigilância social”, em decorrência dos créditos públicos obtidos para mover seus negócios.

*A segunda tendência é a moralização da questão social, ou seja, a subjetivação das necessidades, escamoteando as condições miseráveis de sobrevivência de amplos contingentes de trabalhadores sobrantes. Constata-se a tendência em “não sujar as mãos” com as necessidades de sobrevivência material de segmentos mais pauperizados da população trabalhadora, a favor de um trabalho considerado ‘mais nobre’ na esfera da cultura, da educação ou da esfera psicológica dos sujeitos. Esta “subjetivação das necessidades” também se expressa na tendência de encarar a vivência da pobreza como *questão psicológica, cuja aceitação passaria pela via terapêutica, individual ou familiar, sublimando as desigualdades: a ironia de viver bem emocionalmente em condições bárbaras, confundindo competências e atribuições do assistente social com atividades terapêuticas.**

A moralização da questão social também se mostra no chamamento ao voluntariado, com uma dupla implicação. A primeira é a desqualificação das necessidades da população sujeitas a um atendimento de segunda classe, não especializado, como se boa vontade substituísse o conhecimento teórico e técnico-político no respeito ao modo de vida e à cultura das classes subalternas. A segunda, é o esvaziamento do tónus político da militância, agora neutralizada à direita e à esquerda como “trabalho voluntário”; isto é, trabalho não remunerado, independente da direção social e política impressa ao trabalho, silenciada e equalizada em favor da ausência de um contrato trabalhista. Por isso o trabalho voluntário situa-se acima do bem e do mal, metafisicamente superior.

A terceira tendência das requisições profissionais ao nível das políticas sociais é a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações: esta junção atualiza o Estado Penal (WACQUANT, 2001) e permite reiterar uma antiga e persistente aliança entre repressão e assistência no trato da “questão social” em detrimento dos direitos civis, sociais e políticos do cidadão. Nesse quadro, os assistentes sociais são chamados a verificar *in loco* as condições de vida da população trabalhadora, ingressando no seu espaço doméstico e familiar, o que pode redundar em antiéticas invasões da privacidade em nome

da burocracia, do controle estatal e do cumprimento dos parâmetros de produtividade do trabalho.

No âmbito das políticas sociais, os sujeitos que as demandam têm sido abordados de forma supraclassista e fragmentada segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero, étnico-culturais (especialmente negros e índios) e em sua distribuição territorial, mas silenciando o seu pertencimento de classe. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades sociais, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas quando descoladas de sua base social comum – sua extração de classes – tem-se a responsabilização do indivíduo e da família trabalhadora por ações para o enfrentamento da pobreza.

As referências ao risco social, vulnerabilidade e à exclusão social são transversais à formulação e operacionalização das políticas sociais, em particular no seu Sistema Único de Assistência Social (Suas). Tais referências têm sido largamente incorporadas pelos assistentes sociais em seu trabalho cotidiano, em nome de um projeto profissional centrado na defesa da universalização das políticas públicas, da luta por direitos e da radicalização da democracia no horizonte histórico da emancipação humana.

Merece destaque a concepção de raiz liberal que vem impregnando as políticas públicas voltadas à “administração ou gestão do risco social” perante segmentos populacionais em “situação de vulnerabilidade”. Esta foi uma inflexão operada nas políticas de proteção social do Banco Mundial, a partir de 2000, com suporte acadêmico em teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (1997a; 1997b; 1998; 2008) e Anthony Giddens (1991; 2005); Giddens e Pierson (2000), Giddens, Beck e Lash (2007), municiadores intelectuais da “terceira via” ante a “morte do socialismo” e da “luta de classes”.

Nessa concepção, os riscos não são decorrentes do fracasso do capitalismo ou de sua crise, mas sim do êxito dessa civilização. A sociedade de risco é produto da radicalização do princípio do livre mercado e dos fluxos financeiros globalizados, que rompem com as cadeias do controle nacional e supranacional. Assim, a teoria do risco é uma visão laudatória, sob a ótica do capital, dos impasses que acompanham o “sucesso” da expansão capitalista na era da globalização, silenciando a crise de larga duração que atinge a acumulação em escala mundial. Dialogando com Marx, ao afirmar que o capitalismo é seu próprio coveiro, Beck (1997 b) assim se pronuncia:

Primeiro não é a crise, mas as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que está dissolvendo os contornos da sociedade industrial. A constelação que está surgindo disso também nada tem em comum com as utopias até agora fracassadas da sociedade socialista. (p. 12-13).

A hipótese é, pois, que a chamada teoria do risco é o anverso da teoria da crise do capital. Em outros termos: não há crise do capital, mas existem contradições e impasses decorrentes do êxito da radicalização da modernidade na era da globalização (visto ser o desenvolvimento capitalista um processo natural e perene). Assim, a crise do capital é fetichizada e apresentada ao reverso: meros riscos inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados. Daí a proteção social passa a ser tratada como “gestão do risco”. Como a dinâmica da sociedade de risco ocorre mais além de posições e classes, a análise prescinde de diferenças de classe e iguala artificialmente a todos diante do risco.

Para o Banco Mundial (2006), a globalização oferece aos países em desenvolvimento “enormes oportunidades de prosperar no marco da economia mundial, mas também os expõem à riscos maiores” o que justificaria a agenda de reformas neoliberais. As mudanças tecnológicas aceleram o ritmo do crescimento, mas também aumentam a “decalagem entre os que possuem e os que nada têm”. Os pobres, os mais vulneráveis, reclamariam apoio para manejar os riscos com que se defrontam. Assim, emerge uma nova maneira de encarar a política de proteção social como: estratégia de manejo ou administração de risco. Ela transforma a proteção social “em mais um trampolim que permita às pessoas dar o salto para vidas mais seguras”. A proteção envolve estratégias voltadas à “redução de riscos”, à “atenuação de riscos”, ao “enfrentamento dos riscos”; o “manejo dos riscos” incorpora as questões de vulnerabilidade no debate sobre a pobreza.

Uma dupla dimensão no alívio da pobreza extrema afirma-se na “sociedade de risco”: a) a criação de redes de segurança social para a proteção da subsistência básica e b) a promoção de aceitação do risco.

Em decorrência, surge a necessidade de “empoderar” as pessoas que vivem a pobreza crônica, nelas desenvolvendo *potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis* do mercado, com base no acesso crescente *a uma gama de ativos*. Em outros termos, a superação da pobreza está na inserção ativa dos pobres na lógica do mercado, seja por meio da produção ou do consumo. Esse conjunto de categorizações de clara inspiração liberal – *riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdade de oportunidades* – implica a prevalência do mercado na oferta de oportunidades como o “trampolim para a vida segura”. Atribui-se aos indivíduos atomizados e suas famílias a responsabilidade de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais) a partir de instrumentos de manejo de riscos ofertados pelo Estado e pela iniciativa privada. Ao mesmo tempo, tem-se a focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades. O propósito esperado dessas iniciativas é a diminuição do risco, tendo por meta prioritária a incorporação dos segmentos pobres ao mercado (pela via do consumo ou da venda de produtos) e menos atender às reais necessidades sociais de que são portadores.

Nesse universo analítico, a pobreza passa a ser vista como *fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado*. Caberia ao Estado compensar as “falhas do mercado” e fornecer redes de proteção social aos pobres vulneráveis para lidar com o risco. Ante a necessidade de reduzir gastos sociais, recomenda-se uma estratégia política que amplie o *empoderamento de indivíduos* e reduza a sua dependência perante as instituições estatais tendo em vista a sua integração na sociedade.

Se as ações profissionais são formas de operacionalização dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, que se expressam nas estratégias e nos procedimentos na ação (WANDERLEY, 2008), as análises inspiradas nessa leitura da proteção social se chocam claramente com as conquistas acumuladas pelo serviço social brasileiro. A dimensão de classe das relações sociais não tem lugar nesse universo, assim como a luta por direitos sociais universais como estratégia de acumulação de forças na perspectiva de construção histórica de uma sociedade radicalmente democrática para todos. Dissemina-se, assim, *o novo ecletismo no âmbito das políticas sociais: entre o risco social e a luta por direitos ao qual teremos que estar atentos*.

Finalizo com as palavras de Octavio Ianni, que sintetizam os desafios teórico-metodológicos da pesquisa alimentada pela teoria social crítica:

“A razão que esclarece, compreende, explica, também recobre, mutila e obscurece. Quando permanece no nível das aparências, das partes invertebradas, das singularidades exóticas, a reflexão pode tornar-se prisioneira do que observa, do que se vê, sem nunca apreender o segredo da realidade, os

nexos constitutivos das formas de sociabilidade, dos jogos das forças sociais em suas configurações e em seus movimentos, perdendo-se as possibilidades do devir” (IANNI, 2009, p. 208).

Este é um de nossos maiores desafios: decifrar os segredos da realidade para dar visibilidade às possibilidades do devir.

Submetido em 1 de abril de 2013 e aceito para publicação em 30 de setembro de 2013.

Referências

- ACANDA, J. *Hegemonia e sociedade civil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ALVES, G. *O novo (precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2000.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial. 2006. Equidade e desenvolvimento. Visão geral*. Washington D.C: Banco Mundial, 2006.
- BARBOSA, A. L. N. H. Evolução e composição do emprego no Brasil. Período 1996-2009, p. 41-48. In: *Mercado de trabalho. 50. Conjuntura e análise*. Brasília: MTE/IPEA, 2012.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.
- _____. Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997a.
- _____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997b.
- _____. *La sociedad del riesgo mundial*. Em busca de la seguridad perdida. Espanha: Barcelona: Paidós, 2008.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, R. (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.191-211.
- _____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 613-637, 2012.
- CHESNAIS, F. *As raízes da crise econômica mundial*. Tradução de Rosa Maria Marques. Disponível em: <http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/460_As%20raizes%20da%20crise%20economica%20mundial%20-%20Francois%20%20Chesnais.pdf> e <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/reporter/2008/10/21/crise-expoe-perigo-de-fortalecimento-da-direita-diz-hobsbawm.htm>>. Acesso em: 02/10/2012
- CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P. Rotatividade de trabalhadores e realocação dos postos de trabalho no setor formal do Brasil 1996-2011, p. 49-56 In: *Mercado de trabalho. 50. Conjuntura e análise*. Brasília: MTE/IPEA, 2012.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *Desestruturação do trabalho e políticas sociais*. Trabalho apresentado no Seminário Política social, trabalho e democracia em questão. UnB, abril de 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/desestruturacao_do_trabalho_e_politica_social_abril_2_009.pdf>. Acesso em: 02/10/2012.
- FITOUSSI, J. P.; ROSANVALLON, P. *La nueva era de las desigualdades*. Buenos Aires: Manantial, 1997.
- FONTES, V. Prefácio. In: CASTELO, R. (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 13-19.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

- _____. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político-cultural e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens. O sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. reimp. São Paulo: Unesp, 2007.
- GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 637- 671, 2012.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____. *Como cambiar el mundo. Marx y el Marxismo 1840-2011*. Barcelona: Crítica, 2011.
- HUSSON, M. *Miséria do capital. Uma crítica ao neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. A Questão Social. In: *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.
- _____. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. *Pensamento de Octavio Ianni. Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/Centro de Estudos Octavio Ianni/7 Letras, 2009, p. 195-244.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Censo agropec. Rio de Janeiro, p. 1-777, 2006.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011). Desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do Ipea*, n. 155. 25/09/2012^a.
- _____. Análise do mercado de trabalho. In: *Mercado de trabalho*. 50. Conjuntura e análise. Brasília: MTE/IPEA, 2012b, p. 13-24. IPEA. Notas técnicas.
- LIMOEIRO, M. O desenvolvimento: ideologia de expansão do capital. In: Ideologia do Desenvolvimento. In: LEHR, R. e MOTTA V. (Coord.) *Seminário Integrado: Educação, questão social e desenvolvimento: embates, limites e possibilidades*. Rio de Janeiro, IPEA/ PPFH/ PPGE/ LPP/ CLACSO/ CEOI/ V&C, 2012.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 5v., 1985.
- MOTA, A. E. (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: UFPE, 2010.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: UFPE, 2010, p. 35-68.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.
- _____. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, n. 3, p. 41-45, 2001.
- ONU-PNUD. *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdade*. 2010.
- PAULANI, L. M. Capitalismo financeiro, estado e emergência econômica e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.) *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.109 -134.
- REIS, M. Um panorama do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009, p. 27-40. *Mercado de trabalho*. 50. Conjuntura e análise. Brasília: MTE/IPEA, 2012.
- ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social. Repensar el Estado providencia*. Buenos Aires: Manancial, 1995.
- _____. *A crise do Estado providência*. Brasília: UnB, 1997.
- SAMPAIO, JR. P. O desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 672-688, 2012.
- SILVA, M. L. L. *(Des)estruturação do trabalho e condições para universalização da Previdência Social no Brasil*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, SER-PPGPS, 2011.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WANDERLEY, M. B. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: _____ (Org.) *Metodologias do trabalho social*. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2008, p. 11-17.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*, ano III, n. 3, 2001 p. 33-40.